

Título do trabalho: Considerações gerais sobre a relação entre nação e economia política no Império luso-brasileiro

Autor (a): Profa Dra Milena Fernandes de Oliveira

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (Campinas-São Paulo-Brasil)

Título: Nação e economia política no império luso-brasileiro

Resumo

Neste artigo, a relação entre a ideia de nação e a economia política é situada na crise do Antigo Regime português (1776-1808). As contradições se expressam nos usos que se fazem do liberalismo inglês, completamente incondizente com a escravidão e o tráfico negreiro ainda vigentes. A impressão que se tem é a de um Portugal conservador, ainda muito preso às estruturas de Antigo Regime, e um Brasil que luta para se desprender dessas heranças, sem conseguir, no entanto. A escravidão se grava sobre o destino do país e a nação não se compreende, paradoxalmente, sem ela. Os pretensos “conservadorismos”, no entanto, não devem ser entendidos de maneira simplista.

A ideia é a de que, antes da emergência de nações independentes, há uma totalidade da qual devemos partir, seja o império, seja o Antigo Sistema Colonial, para ver como as ideias de nação brasileira e portuguesa “se desprendem” desse todo.

Palavras-chave: nação, economia política, Portugal, Brasil, império

Área 1: História Econômica e Demografia Histórica-temática nacional

Considerações gerais sobre a relação entre nação e economia política no Império luso-brasileiro

“Pelo Tejo, o Portugal marítimo abraça o Portugal agrícola, fundindo numa as duas fisionomias típicas da Nação”. (Oliveira Martins)

Este artigo se elabora no bojo de uma pesquisa ainda em estágio inicial, que pretende traçar as relações entre o discurso econômico e a ideia de nação que se constrói dos dois lados do Atlântico, na América e na Península Ibérica, durante a crise do Antigo Regime e da desintegração dos impérios ibéricos. Nesse período, a elaboração da economia política em Portugal, tendo como pano de fundo a desintegração do império luso-brasileiro, de um lado, e a inspiração do liberalismo econômico de outro, expressa uma série de contradições.

A primeira e mais gritante delas se refere ao tratamento dado à escravidão e em como os autores a justificam diante da ameaça do fim do tráfico negreiro. Os ilustrados portugueses explicam a escravidão, esteio do império, por uma moral que combina argumentos de Aristóteles, da Escolástica Medieval e do próprio liberalismo, cujas ideias, demasiado fluidas, acabam sendo apropriadas para outras finalidades que não a defesa da liberdade individual, sendo mesmo usadas na defesa do seu oposto: a escravatura

“A desaprovação do escravismo provinha, então, de várias áreas da expressão literária. Ainda assim, é necessário não exagerar o peso específico do romance ou da filosofia no desencadear do movimento abolicionista. Em rigor, a novela que tomava os males do escravo como pano de fundo da intriga não estava isenta de ambiguidades e deixava campo aberto para várias interpretações pró e antiescravistas. O racionalismo setecentista, por seu lado, só muito raramente conseguia despir-se de um certo grau de ambivalência a respeito da escravidão do negro. (...) Ainda que o tema da liberdade fosse uma preocupação dominante, os mais respeitados filósofos das Luzes dedicavam pouco tempo à questão concreta do escravo africano. Era, vulgarmente, o problema da sujeição dos povos a poderes despóticos que prendia sua atenação e foi dessa forma abrangente que a escravidão foi definida e atacado por muitos dos *philosophes*”. (MARQUES, 2008: 32-33)

A segunda contradição refere-se à posição de Portugal em um mundo em que o capitalismo industrial entra em ascensão e a Inglaterra vai se apropriando dos mercados dos impérios das potências decadentes. O discurso mercantilista português mistura-se ao novo discurso liberal, compondo uma interessante síntese contraditória: a divisão de trabalho, o livre-comércio e o desenvolvimento das manufaturas dividem espaço com a manutenção das colônias, das tarifas de proteção ao mercado nacional e a defesa dos monopólios comerciais, inclusive o do tráfico negreiro.

A terceira contradição se refere à forma como a ideia de nação vai sendo construída dentro do império português, em um e outro lado do Atlântico, indecisa entre qual tipo de Estado ela deve legitimar, se o Estado absolutista, que se confunde com o reino ou o império. A categoria mercado não tem na economia política portuguesa, ao

da sua variante liberal inglesa, as mesmas fronteiras políticas da nação portuguesa. Devido às duas contradições anteriores, relativas à manutenção da escravidão e das colônias, a ideia de nação não assume no pensamento ilustrado luso-brasileiro a mesma conotação que a proposta pela Revolução Francesa, baseada no princípio da nacionalidade. Portugal sequer reconhece a legalidade do princípio “a cada povo o seu próprio território”. A aversão dos ideólogos ilustrados à Revolução Francesa é geral, uma vez que o reconhecimento da Revolução Francesa e da sua concepção de nação levaria, necessariamente, ao reconhecimento da liberdade das colônias, e este, por sua vez, ao fim do império português.¹

Embora seja uma dada concepção de nação que se elabora no bojo da Revolução Francesa e se consolida durante a Primavera dos Povos de 1848, que é a ideia de nação à qual nos referimos, é importante apontar para as diferentes definições de nação ao longo da História. Afinal, a nação e o Estado assumem múltiplas relações, dependendo do momento histórico e da região em que se elabora, a ponto de ser impossível formular uma hipótese única sobre a origem da ideia de nação. O importante é entender o como ela é fabricada em distintos contextos históricos e qual o papel do Estado e do nacionalismo nesse processo de fabricação.

A ideia de nação que caracteriza o nosso contexto - da crise do Antigo Regime à independência política do Brasil - emerge da desintegração do Estado absolutista e da emergência de um novo tipo de Estado, definido pelas suas fronteiras e não pela sua dinastia. A nação legitima esse Estado que, apesar de ser uma organização, adquire o caráter de uma comunidade, dentro da qual não existem diferenças:

“Finally, it’s imagined as a *community*, because, regardless of the actual inequality and exploitation that may prevail in each, the nation is always conceived as a deep, horizontal comradeship. Ultimately it is this fraternity that makes it’s possible, over the past two centuries, for so many millions of people, not so much to kill, as willingly to die for such limited imaginings”. (ANDERSON, 2006: 7)

Uma das definições que melhor expressa o espírito de nação desse período é a formulada por Friedrich List. Para nós, a clareza da definição reside na associação entre a unificação dos mercados nacionais, a consolidação do capitalismo e a concepção de nação. A economia política de List, ao criticar a economia cosmopolítica de Smith, associa a nação à capacidade do Estado unificado empreender a construção de um conjunto de forças produtivas (lembremo-nos de que a Alemanha não existia e a Prússia conduzia com determinação o processo de unificação dos territórios que faziam parte da Confederação Alemã):

“Na geração seguinte, List já pensava seriamente no tipo de mudanças políticas conscientes que se fariam necessárias para realinhar o capitalismo principiante e o Estado moderno, sob a forma de grandes economias nacionais, capazes de criar poder suficiente para manter e policiar suas fronteiras”. (ANDERSON, 2000: 14)

¹ Lembremos que, durante a Revolução Francesa, fora proclamada a independência das colônias. Obviamente que a oposição de Portugal não se resume aos princípios, mas tem uma dimensão política clara que reside sobre a aliança anglo-portuguesa contra a França.

O pressuposto de nascença em um mesmo lugar, de uma língua uniforme falada em todo o território, de um conjunto de crenças e tradições comuns, que são fundamentos do princípio da nacionalidade, são posteriores à unificação territorial e fazem parte do processo de acomodação da nação. O caso da Alemanha é, evidentemente, um caso em que a nação aparece depois do Estado nacional, embora os numerosos territórios que compunham a Confederação Prussiana constituíssem pequenas nações.

Seguimos, neste trabalho, a argumentação de autores, segundo os quais, embora a ideia de nação tenha uma expressão cultural, existe uma dimensão concreta, relacionada à articulação entre economia e poder no período. Para Hobsbawm, um desses autores, a expressão nacional tem, desde suas origens, um componente econômico. Em 1751, com os *Bürger* na Alemanha, a nação aparece como sinônimo de pertencimento a uma corporação de ofício. Aí retira tanto seu caráter comunitário, como também sua relação com a economia. Os laços que ligam os membros dessa comunidade são de natureza mercantil:

“Em 1740, para o enciclopedista Johann Heinrich Zedler, a nação, em seu sentido realmente original, significava um número unido de *Bürger* (...) os quais partilhavam um corpo de costumes, valores e leis. Disto se segue que a palavra não pode ter significado territorial, desde que os membros de diferentes nações (...) podiam viver juntos em uma mesma província por pequena que esta fosse”. (HOBBSAWM, 1993: 30)

No período que marca a crise do Antigo Regime, a nação assume distintos significados em diferentes regiões da Europa. As diferentes expressões do movimento ilustrado em diferentes países confere também diferentes tons à ideia de nação. Entender como essa ideia é criada e recriada nos permite também compreender como, nesses diferentes países, se dá a transição para o capitalismo. Alguns assistirão ao nascimento completo da moderna ideia de nação; outros mesclarão essa ideia com antigas concepções territoriais, como reino e império; outros países assistirão ao nascimento conjunto de um Estado e de uma nação.

Há países, como a Inglaterra, em que a ideia de nação expressa a força do nascente capitalismo e a destruição dos últimos bastiões do Antigo Regime. A nação inglesa se estrutura sobre uma sociedade de mercado que lidera um mundo de nações livres em busca de uma maior prosperidade. Do outro lado do Atlântico, a mesma ideia de nação faz parte dos movimentos de libertação nacional e constituição dos novos Estados. Enquanto, na Inglaterra, a nação serve à finalidade da afirmação de sua posição hegemônica no capitalismo mundial em formação; na sua ex-colônia, o mesmo termo expressa o desejo de ruptura com os laços do exclusivo que a prendiam à sua antiga metrópole. Ambos os movimentos são legítimos. Em nenhum momento, no entanto, fala-se de língua, crença ou tradição. Os fundamentos econômicos tanto das nações europeias (constituição de um mercado nacional e liberdade de comércio com outras nações), quanto na América (fim da exploração colonial) são claros. São, ao contrário, estes fundamentos econômicos que reinventam as tradições e conferem às crenças uma origem comum, seja mítica, seja histórica.

Nos países da península Ibérica, tem-se a impressão de que os fundamentos econômicos da nação, apontados pelos economistas ilustrados, não se assentam sobre o liberalismo, mas sobre o mercantilismo. Óbvio que quando se discutem ideologias e, em particular, o liberalismo, o campo sempre é fluido, mas a forma como este vai sendo

apropriado pela economia política portuguesa é a expressão do mais profundo conservadorismo econômico. A tentativa de reformas econômicas em nome do liberalismo, mas com caráter mercantilista desnuda a dificuldade da economia portuguesa entrar para o moderno mundo industrial. A persistência da escravidão; a urgência da necessidade do desenvolvimento da agricultura, que, por séculos, fora suplantada pelo comércio; a manutenção do império colonial dentro dos moldes do liberalismo; a defesa do desenvolvimento da indústria na metrópole e na colônia expressam a persistência do velho mundo dentro do novo..

A contradição entre a teoria, tomada do Iluminismo inglês e francês, e a prática, ainda de raízes mercantilistas, é evidente. Os impérios ibéricos tentam se reinventar à luz da economia política, sem, no entanto, assumir o controle da situação.. As formas de acumulação primitiva e mercantil continuam a ser a base da acumulação dos impérios ibéricos. É impossível se pensar o império português, por exemplo, sem a escravidão. O fim da escravatura destruiria o império português e isso era muito claro para os escritores ilustrados.

É das mãos destes que a modernidade vai sendo fabricada à sombra das tradições que, não raro, ainda conservam um profundo medievalismo. Em uma de suas passagens, o bispo Azeredo Coutinho, por exemplo, defende a escravidão justificando-a pelos preceitos de Santo Agostinho. Não é paradoxal o fato de que muitos dos principais homens de Estado em Portugal ainda estivessem profundamente ligados à Igreja, refletindo a simbiose poder-religião que permitiu a edificação do império marítimo português sobre alicerces profundos.

Alimentada por essas contradições, a ideia de nação que brota nas sociedades ibéricas reveste-se de cores locais. Contrária ao princípio da nacionalidade que brota na Revolução Francesa, a ideia de nação preserva o seu cunho pragmático e mercantilista, indo na contramão do liberalismo. A nação se confunde ora com o reino, ora com o império em sua totalidade. Curiosamente, a argumentação hesita entre o fim do pacto colonial, proposto por Adam Smith, e sua manutenção, dando lugar à elaboração criativa da política econômica. Não nos esqueçamos de que, afinal, os homens acima citados são, antes de tudo, homens de Estado e somente em segundo lugar, acadêmicos. Têm que selecionar, das vertentes iluministas continentais, as ideias que serão mais adequadas à preservação do Reino e de suas colônias. Afinal, corria-se o risco de que, invadido pelas influências revolucionárias, Portugal viesse a se tornar uma província da Espanha:

“Os domínios de S. M. na Europa não formam senão a Capital e o Centro de suas Vastas possessões. Portugal, reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província de Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião e de assento à monarquia que se estende ao que possui nas ilhas da Europa e África ao Brasil, às costas Orientais e Ocidentais da África, e ao que ainda a nossa Real Coroa possui na Ásia, é sem contradição uma das Potencias que tem dentro de si todos os meios de figurar conspicua e brilhantemente entre as primeiras potencias da Europa”.(D. Rodrigo de Sousa Coutinho, apud Novais, 2005).²

² Alguns dos excertos utilizados neste trabalho encontram-se nos textos de Fernando Novais, “O reformismo ilustrado luso brasileiro, alguns de seus aspectos” e de José Luís Cardoso (coord). Neste primeiro esboço, usamos tanto as fontes primárias, quanto as citações de documentos encontradas no material bibliográfico que nos permitam uma primeira relação entre a ideia de nação e a economia política no império português da crise do Antigo Regime.

O trecho expressa a necessidade de manutenção dos domínios coloniais sob o risco de Portugal não sobreviver como nação moderna. Curiosamente, os aspectos acessórios para a existência de uma nação – a posse de colônias, ser centro de um império, uma monarquia sólida – aparecem como centrais na determinação da nação em Portugal.

No mundo colonial português, o ideário nacional assume também contornos ambíguos. Essa ambiguidade é, no entanto, de natureza diferente da ambiguidade que caracteriza a ideia de nação metropolitana. As colônias, durante o processo de ruptura com suas metrópoles, pretendem traçar um destino independente, embora seus processos de independência sejam profundamente influenciados pela constituição do capitalismo na Inglaterra e pela ascensão desta à posição de potência mundial. A independência política dos países da América Latina não é acompanhada pela independência econômica e as novas nações encontram limites práticos ao exercício de sua soberania. De colônias, passam à condição de economias primário-exportadoras para as nações em vias de industrialização.

Nossa pergunta é se a economia política que já aparece nos discursos luso-brasileiros pode ser um bom parâmetro para captar a noção de nacionalidade que vai surgindo dos dois lados do oceano: tanto do lado da colônia, que, encara o processo de se tornar um Estado e uma nação independentes; quanto do lado da metrópole, que assiste ao seu fim como império, devendo reinventar-se como nação com fronteiras limitadas. Os dois processos parecem ambíguos aos olhos do observador e essas ambiguidades são reforçadas pela tentativa de justificar situações de um mundo em desaparecimento pela economia política liberal, que é produto de um novo mundo: o mundo do moderno capitalismo.

A ideia de nação e a economia política nos séculos XVIII e XIX

Toda história nacional tem um viés anacrônico, uma vez que é pela narrativa histórica, não raro mesclada de componentes míticos, que legitimamos uma identidade que só veio posteriormente. Para conferir uma relativa neutralidade a um objeto de estudo de tamanha subjetividade, consideramos que a nação é a invenção e reinvenção de ideários construídos sobre as fronteiras de um Estado. Esse processo de fabricação da nação, mutante de acordo com os contextos históricos, é o nacionalismo.³

A nação, por outro lado, é uma invenção moderna, não existindo antes do século XVIII. Como tal, a nação é produto do capitalismo em formação e do processo de racionalização da sociedade. Para Guellner, a modernidade da nação se deve à necessidade que a sociedade industrial tem em criar uma cultura padronizada, racionalizada na mesma medida que a própria sociedade:

“Uma sociedade desse tipo está constantemente propensa a, por assim dizer, secretar, engendrar, elaborar diferenciações culturais em seu interior. Constitui um

³ Dentre os principais estudos consagrados ao tema temos: Eric Hobsbawm. *Nações e nacionalismo ...*, op. Cit.; Ernest Guellner. *Nations and nationalism*. Oxford, 1983; Benedict Anderson. *Imagined communities*. Londres, 1983; J. Armstrong. *Nations before nationalism*. Chapel Hill, 1982; J. Breuilly. *Nationalism and State*. Manchester, 1982; Eric Hobsbawm and Terence Ranger (orgs.). *The invention of tradition*. Cambridge, 1983. A. D. Smith. *Theories of nationalism*. Londres, 1983; Charles Tilly. *The formation of National States in Europe*. Princeton, 1975.

sistema de postos e posições diferenciados, e estes precisam ser reconhecidos, destacados, tornados visíveis. Nisso consiste a cultura”. (GUELLNER, 2000: 112).

A sociedade agrária, ao contrário:

“(…) gera hierarquias, castas, guildas, toda sorte de condições sociais, as quais requerem uma expressão cultural. A homogeneidade cultural, em contraste, tem pouca ou nenhuma função nela. Pelo contrário, as tentativas de padronizar o porte cultural constituem uma infração, às vezes num sentido perfeitamente literal e penal. Tentar imitar o porte das posições sociais distantes é uma violação do protocolo e da estrutura de comando da sociedade. É uma forma de insolência que dificilmente se pode deixar sem punição. O infrator tem sorte quando recebe apenas uma punição informal”. (GUELLNER, 2000: 113)

A nação é, para Guellner, produto da sociedade industrial. Sua elaboração, clássica, não abarca, no entanto, tanta complexidade quanto pensar a nação em sua relação com o capitalismo. Aqui, a relação não é unidirecional nem imediata. As nações se modificam ao longo do tempo e variam de região para região, podendo ser anterior ou posterior ao Estado, significar algo maior (uma grande comunidade, como os judeus) ou menor (uma pequena comunidade, como os bascos e curdos).

Na medida em que a maior parte dos Estados ganha contornos territoriais definidos no século XVIII, passa a ter um aparato burocrático, produto também desse processo de racionalização, que organiza a fiscalidade, o exército nacional e o Direito. Como mercados organizados politicamente, esses Estados aparecem na literatura da economia política como nações. A dimensão econômica das nações vai ganhando força na medida em que os projetos de industrialização nacionais vão se concretizando. As nações, entendidas enquanto mercados, medem-se pelos seus bens, pela intensidade de suas trocas e por seus potenciais produtivos, inclusive o número de pessoas que dela faz parte.

A publicação de *A Riqueza das Nações*, em 1776, marca o primeiro momento em que a nação aparece como sinônimo de sociedade de mercado.⁴ As nações como mercados, embora sejam circunscritos territorialmente, na realidade, fazem parte de um mundo em que há divisão de trabalho e no qual as nações encontram, pelas trocas, a possibilidade de aumentarem sua riqueza e o seu potencial produtivo. As nações não repousam sobre identidades culturais diversas, como prega o princípio da nacionalidade, mas sobre atividades diversas, nas quais umas são melhores que outras. Essa era a essência do capitalismo para Adam Smith que vislumbrava, no momento em que escrevia, a sociedade de maior progresso social que já havia existido. As desigualdades entre países agrícolas e industriais podem ser amenizadas pelas trocas, que são benéficas para a prosperidade de ambos. A territorialidade definida economicamente tem, como pano de fundo, a utopia de uma sociedade mais igualitária e justa. Somente pela divisão internacional do trabalho e pelas trocas, as nações podem encontrar justiça e igualdade; jamais pelos seus governos despóticos. O Estado deve se adaptar às necessidades do mercado e não o contrário.

A ideia de mercado aparece para revolucionar a concepção de sociedade civil, estabelecendo, no entanto, certa continuidade com esta. Formulada pelo liberalismo inglês do século XVIII, o mercado permite o encontro de indivíduos que, seguindo os seus próprios interesses, acabam produzindo involuntariamente o bem-estar geral. A

⁴ Usamos aqui Adam Smith, *A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luiz João Barauna. Col. *Os economistas*. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

troca substitui o pacto social como expressão da sociabilidade. O mercado autorregulado contempla a realização da política na esfera da economia e, assim, livra a sociedade do arbítrio do monarca absolutista. Em certo sentido, os liberais ingleses, da geração de Smith estão pensando em termos de uma “aritmética das paixões”: os homens são movidos por paixões e interesses, mas são estes que podem, efetivamente, oferecer uma medida para se chegar a uma sociedade mais justa. Os homens vão ao mercado para trocar seus produtos, que se medem segundo as quantidades de trabalho que levaram para produzi-lo. Um utilitarismo prático ocupa o antigo lugar da benevolência, construindo uma moral que deriva da cooperação necessária para que cada um alcance os seus interesses. A sociedade funciona à semelhança da fábula das abelhas de Mandeville, que expressa bem o espírito do momento

“O conceito de mercado permite resolver a difícil questão do fundamento da obrigação no pacto social. (...) A necessidade da ‘mão invisível’ permite superar essa dificuldade do fundamento da obrigação no pacto social sem retornar a uma concepção despótica. Permite pensar uma sociedade sem centro, abolir *praticamente* a distinção entre interior e exterior, entre o indivíduo e a sociedade. Realiza a imedia

Essa reconstrução da sociedade civil como mercado constitui um primeiro passo para a compreensão dos fundamentos da ideia de nação. Como ramificação do braço ideológico liberal, o nacionalismo também passa pela compreensão da sociedade como uma sociedade capitalista, na qual, o principal laço que une os indivíduos é o da troca e que, por esse motivo, permite o maior progresso das sociedades e das nações. Uma nação expressa o reino da liberdade, da igualdade e da justiça. As diferenças, tanto entre os indivíduos que residem em um mesmo território, como dos territórios entre si são essencialmente econômicas e, portanto, benéficas para a prosperidade mundial. O principal pilar da ideia de nação, quando olhada do prisma da economia política, é econômico.

A nação em Adam Smith, ao contrário, é uma construção que surge da urgência de se pensar, para sociedades em permanente progresso, como a paz internacional pode ser obtida. Em certo sentido, é uma continuidade do jogo de soma diferente de zero com o qual os atores que fazem parte de uma sociedade civil contam quando decidem fazer um contrato social. A concorrência, em oposição à guerra, permite, entre as nações, um resultado que seja benéfico para todas. A divisão internacional do trabalho contribui para o aumento da produtividade e da riqueza de todos, não somente de um. Obviamente, e é isso que pretendemos apontar com essa primeira expressão da nação, que se trata de uma utopia. O liberalismo não é ainda a ideologia da classe dominante, como será após a Primavera dos Povos, assim como o nacionalismo será a ideologia que justifica as diferenças de um Estado em relação a outro.

As diferenças culturais que expressam, ao mesmo tempo, a singularidade de um Estado e sua superioridade em relação a outro, são artefatos do século XIX. Foi necessário todo o movimento das Revoluções de 1830 e da Primavera dos Povos de 1848 para que essa dimensão cultural da nação se afirmasse. Nesta dimensão, para além da esfera econômica, em que desigualdades são permanentemente criadas, os homens são iguais.

A ideia de nação passa por uma transformação que, embora se aproveite de elementos da antiga ideia de mercado, é, dependendo do ângulo do qual se olha, quase o seu contrário. De fronteiras livres, a nação passa, no discurso da ciência econômica, a fronteiras protegidas. Essa transposição de ideias de nação corresponde a uma inflexão na constituição do capitalismo mundial, que assiste à entrada de novas potências que fazem frente à Grã Bretanha, principalmente os Estados Unidos e a Alemanha. O

discurso da ciência econômica acompanha essa inflexão: a defesa das forças produtivas de um Estado ocupa o lugar da defesa da divisão internacional do trabalho entre agricultores e fabricantes: não é possível igualdade na troca se as produções têm naturezas tão diferentes; defesa do desenvolvimento de manufaturas de base e do capital humano; abertura à guerra contra Estados mais fracos e manutenção das colônias. É esse o discurso que se vê na ciência econômica que Friedrich List faz. Para ele, a economia política smithiana é uma “cosmopolítica”. Não busca o real fundamento do desenvolvimento das nações, senão, a afirmação das forças da Inglaterra, que saiu na dianteira no processo de industrialização.

O mundo da passagem do século XVIII para o século XIX é um mundo dividido entre o velho e o novo. Nele convivem de impérios de Antigo Regime e as nações em estágio de nascimento, convivência esta que culminará nos movimentos imperialistas e na definição imprecisa de nação - entre o princípio da nacionalidade e o grande território - em finais do século XIX.⁵

Neste primeiro momento, o império ainda está muito longe de se opor à ideia de nação, que vai recebendo muitas conotações. É em Portugal e na Espanha, impérios decadentes, que essa ambiguidade aparece de forma mais contundente. A ideia de nação nesses Estados ainda conserva a velha oposição colônia-metrópole. Pensa sua economia e sua sociedade a partir dessa oposição.

A economia política do Império luso-brasileiro: expressão de algumas contradições específicas

Antes de começarmos a discutir alguns elementos relacionados à economia política do Império luso-brasileiro, temos de passar pela compreensão da estrutura imperial do Antigo Regime Português. No que se refere a esse aspecto, temos duas possibilidades de compreensão das relações entre metrópole, colônia e império: a concepção de antigo sistema colonial, de Fernando Antonio Novais, e a concepção de império português, de Charles Boxer, revista por Valentim Alexandre e Luiz Felipe de Alencastro. A nosso ver, a ideia de nação e sua relação com a constituição das identidades dos dois lados do Atlântico, no Brasil, de um lado, na África e Portugal, de outro, deve levar em consideração a complementaridade dessas duas visões.

A primeira concepção repousa sobre a ideia de que o império que se constrói entre os séculos XVI e XVIII é resultado das formações dos Estados monárquicos absolutistas que, por ordem de unificação, lançam-se às conquistas ultramarinas (NOVAIS). O mercantilismo, uma das saídas para a crise do século XVII,⁶ reinventa esse império, sem, no entanto, modificar as bases sobre as quais se encontrava constituído. As reformas que caracterizam a época mercantilista, tanto em Portugal, quanto em Espanha ou na França do colbertismo, ou nas Províncias Unidas, ainda

⁵ “Num sentido menos superficial, o período que nos ocupa é obviamente a era de um novo tipo de império, o colonial. A supremacia econômica e militar dos países capitalistas há muito não era seriamente ameaçada, mas não houvera nenhuma tentativa sistemática de traduzi-la em conquista formal, anexação e administração entre o final do século XVIII e o último quartel do XIX. Isto se deu entre 1880 e 1914, e a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão”. (Eric Hobsbawm. *A era dos impérios, 1875-1914*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2001. Cap. 3).

⁶ H.R., Trevor-Roper. “A Crise Geral do Século XVII”. In: Theo Santiago (Ed.). *Capitalismo - Transição*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.

pensam seus Estados como centros de impérios cujas bases foram lançadas no século XVI. Há que atentar, no entanto, para a particularidade como se pensa o império e as colônias em Portugal e, da mesma forma, como se pensa a metrópole no Brasil. Essas relações não são iguais em todos os Estados e seus respectivos impérios.

No caso específico de Portugal, o mercantilismo é uma continuidade do pensamento barroco e é nessa continuidade que se explica o seu corte conservador. (NOVAIS, o pensamento ilustrado...) O tema da decadência, um traço do mercantilismo português, constituído na Restauração de 1640, tem ecos na economia política. Esta deve ser entendida como a expressão teórica do momento em que as reformas de cunho mercantilista chegavam ao seu limite. Acreditava-se que se poderia avançar por meio de uma administração mais científica, baseada em alguns dos instrumentos da economia política liberal, sem que, no entanto, o liberalismo fosse levado às suas últimas consequências.

A impressão que se tem do liberalismo português é quase a de uma ideia fora de seu lugar, o que nos lembra o debate de Roberto Schwarz, sobre o liberalismo no Brasil.⁷ Ainda não podemos provar que o liberalismo, ou mesmo a fisiocracia, seriam ideias completamente implantadas pelo estrangeirado, a classe assim chamada de homens de Estado ilustrados que teriam tido sua formação no exterior, durante, principalmente, a época pombalina. O que mais nos atrai, usando a compreensão de Rosanvallon, é a contradição que reside sobre a aparente liberalidade do liberalismo. Este é a tal ponto plástico que pode ser livre-cambista ou protecionista, a favor do desenvolvimento da indústria ou da agricultura nacionais, mas também da divisão de trabalho internacional assentada sobre as especializações dos países. Essa contradição é a que também permite aos portugueses ilustrados apropriar-se da ideia de nação para defender a posição de Portugal frente às suas colônias, que, diante da nação-mãe, metáfora muitas vezes utilizada, como veremos abaixo, podem ter um livre-comércio, mas não em relação às demais nações. Inclusive se propõe o desenvolvimento das manufaturas coloniais, desde que enquadradas dentro dos moldes do pacto colonial, ou seja, dos pressupostos de complementaridade das relações comerciais entre metrópole e colônia.

Nesse sentido, os ilustrados portugueses aproveitam do liberalismo e da fisiocracia as ideias que sirvam de fundamento ao desenvolvimento econômico português, tanto industrial, quanto agrícola:

“Tomando na minha real consideração o interesse público que deve resultar de se adoptarem nestes Reinos os métodos de fabricar cardas, e máquinas de fiação, que têm feito prosperar entre outras nações da Europa este ramo de indústria pelo uso de máquinas, e de acertados inventos, não só tendentes com emprego de pequeno número de braços, a poupar despesas e tempo, mas a conseguir por meio de engenhosos métodos, a desejada perfeição das obras manufacturadas, e querendo animar sobre este objecto a indústria nacional, que em todos os ramos desejo promover, e de cujo aumento deve seguir-se também grande proveito à minha Real Fazenda”. (D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Decreto de criação da real fábrica de cardas, 1801)

⁷ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas : forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo, SP: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

Pelo excerto acima, logo se vê a necessidade de aplicação dos métodos industriais modernos às manufaturas portuguesas. Tanto a defesa da indústria, quanto da agricultura, mas principalmente desta, em razão das dificuldades portuguesas aí tradicionalmente presentes, aparecem na argumentação da economia política no reino. Liberalismo e fisiocracia, elaborados na forma de uma síntese arquitetada pela geração de 1770, oferecem os elementos para a análise mais acurada do tema da decadência portuguesa.

Da mesma forma que liberalismo não se opõe à fisiocracia, nem ao sistema mercantil, tal como aparece na obra de Adam Smith (**SMITH**), a ideia de império não se opõe à ideia de nação, mas é preciso entender qual o sentido de ambos nesse contexto. Cabe perguntar como o discurso nacional e o discurso imperial se conciliam e se contradizem no pensamento ilustrado que caracteriza a crise do Antigo Regime em Portugal. De um lado, os discursos parecem novos, avivados pelas ideias do liberalismo inglês e da fisiocracia; de outro, o discurso se assemelha ao velho discurso mercantilista da necessidade de preservação do império e das possessões coloniais a qualquer custo. As dificuldades decorrentes da convivência entre velho e novo, que se expressa tanto na necessidade de usar de elementos da fisiocracia, quanto do liberalismo e do próprio mercantilismo, fica expressa no próprio título da memória de Antonio Nunes Ribeiro Sanches: *Dificuldades que um velho reino tem de se emendar*. As estruturas arcaicas do império, como a escravidão, o pacto colonial, a política mercantilista, dificultam a penetração das novidades. Quanto mais velho é o reino e as estruturas imperiais, mais difícil é a transformação radical, o que confere o caráter “remendado/emendado” da nação portuguesa. Faz parte da sina de todo pioneiro e, no caso português, do que se trata é da expansão marítima, enfrentar a acomodação sobre as estruturas arcaicas e o enfrentamento de uma situação de atraso relativo a posteriori.

Se a primeira concepção, a de antigo sistema colonial, permite-nos o enfrentamento das relações entre metrópole e colônia no nível da formação dos Estados-nação, a segunda concepção permite apreender os determinantes relacionados à formação e consolidação do capitalismo como sistema mundial e em como os diferentes Estados-nações enfrentam-se na arena internacional, relacionando-se por meio das relações hegemônicas, dos conflitos e das alianças.

Considerando a interpretação de Luiz Felipe de Alencastro a respeito das relações entre o escravismo e o capitalismo mundial, a nação assume o significado um mercado que contém todos os componentes necessários à acumulação de capital, não precisando, como o Brasil, depender da alimentação externa de mão-de-obra:

“(…) desde meados do Seiscentos, se definia um fator fundamental da evolução do império e da América portuguesa: a *xenofagia* da economia brasileira – isto é, sua propensão a agregar energia humana reproduzida fora de seu espaço produtivo. Característica que se apresenta, a um só tempo, como resultado da demanda interna do colonato e da pressão dos negreiros no plano da oferta. Nos séculos XVIII e XIX, com o surgimento de uma divisão interregional do trabalho no Brasil, a fome de estrangeiros decorre também da opção geopolítica do governo central, o qual preferia manter o mercado de trabalho desterritorializado, a fim de que as diferentes capitânicas, depois províncias, não entrassem em competição no mercado de trabalho interno”. (ALENCASTRO, 2000: 41)

A gênese da nação brasileira é pensada, aqui, a partir das relações de produção escravistas e de reprodução do tráfico negro:

“Elo perdido de nossa história, esse sistema avassaladora de mercantilização de homens impede que se considere o tráfico negro como um efeito secundário da escravidão, obriga a distinguir o escravismo luso-brasileiro de seus congêneres americanos e impõe uma interpretação ateritorial da formação do Brasil”. (ALENCASTRO, 2000: 42)

Importam mais as relações entre Brasil e Angola e menos entre a América Portuguesa e a metrópole. A territorialidade que caracteriza a nação brasileira e que surge na passagem do século XVIII para o século XIX, com a constituição de um mercado interno, deve ser pensada a partir da ateritorialidade que representam as relações mercantis entre a economia de produção açucareira e a economia de reprodução do tráfico negro:

“(…) a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista, situada no litoral da América do sul e uma zona de reprodução de escravos, centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço ateritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII”. (ALENCASTRO, 2000: 9)

Tanto a nação pensada do ponto de vista da relação metrópole-colônia, quanto a nação pensada a partir das relações entre os territórios além-mar, remetem a identidades que se constroem sobre territorialidades cujas fronteiras são mercantis, criadas pelo capitalismo em formação. O que muda é a forma como se abarca esse capitalismo em formação e como se apreende a ideia de nação dentro desse sistema. No entanto, está clara a vinculação entre as transformações ocorridas no mundo econômico e a formação das nações.

Dentro da concepção de sistema colonial, a nação se forma a partir da ruptura do pacto colonial e de uma nova inserção na divisão internacional de trabalho, comandada pela Inglaterra industrial. A ideia de nação está assentada sobre a de um mercado livre dos antigos monopólios comerciais que o ligavam à metrópole. No que se refere à periodização deste tipo de recorte lógico, a nação teria surgido em meados do século XVIII, com os movimentos nacionalistas de contestação ao exclusivo metropolitano. Este processo termina com o movimento de independência e a formação do Estado nacional. Ao contrário da maior parte dos países europeus, em que a nação se segue à formação do Estado nacional, na América colonial, a nação é anterior ao Estado.⁸

Se, ao contrário, o surgimento da nação é pensado dentro de um império, o território nacional, entendido como mercado, constrói-se a partir da dissolução do tráfico negro, que é o sustentáculo dos impérios do Antigo Regime, incluindo o português. O Brasil nasce do acirramento das contradições entre América e África a partir de finais do século XVIII, quando as fontes que alimentam o tráfico começam a sucumbir. Nesta última concepção, os circuitos mercantis coloniais têm tanto ou mais

⁸ Rogério Forastieri da Silva.. *Colônia e nativismo- a historia como "biografia da nação"*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997.

força do que os circuitos de troca entre a metrópole e a sua colônia. A formação de um mercado interno na América Portuguesa se dá, justamente, quando a sua cara-metade, a África, mais propriamente Angola, deixa de atuar no fornecimento de escravos dentro do império. Exige-se dos domínios portugueses na América uma solução e esta se encaminha no sentido de modificar os circuitos mercantis internos, reorientados com o surgimento da mineração. As inconfidências seriam a expressão dessa reorientação para o mercado interno, que rompe com a aterritorialidade subjacente ao tráfico negreiro e inventa uma territorialidade ligada a um pretense mercado interno.

Olhar o império destes dois ângulos – o da relação entre colônia e metrópole e o da relação interna ao mundo colonial - é fundamental para compreendermos a economia política do império luso-brasileiro, bem como os sentidos de nação que apresenta. As duas concepções de nação se complementam e a economia política que surge na crise do Antigo Regime tenta tanto encontrar um novo lugar para as colônias dentro do antigo império, como resolver o problema da escravidão. É significativo, neste sentido, como os autores ilustrados repensam uma divisão de trabalho que ao mesmo tempo que cria um lugar para a ideia da nação, que é uma referência do industrialismo, repensa o império, que é uma referência do antigo regime:

“Na quadra final do Antigo Regime, a emergência do industrialismo redefinia as tensões, obrigando a ajustamentos. Ajustar-se, precisamente, mobilizando o pensamento ilustrado, moderando-o, aplicando-o à conjuntura específica, eis o que procuravam os teóricos e estadistas da Ilustração luso-brasileira”.(NOVAIS, 2005: 173)

Dessa forma, o pensamento de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, é inovador, no sentido de perceber os pontos do liberalismo e da fisiocracia que permitem manter o império português e reinventá-lo dentro da nova ordem internacional, assentada sobre o capitalismo, e os pontos que devem ser descartados. Uma divisão de trabalho que se constitua menos no desenvolvimento da metrópole à custa da colônia e mais no desenvolvimento simultâneo das duas partes do sistema é a defesa desse autor:

“Rodrigo de Sousa Coutinho, analisando a situação da mineração, refutava as versões mais vulgares da fisiocracia que condenavam sem mais as atividades mineiras; indicava que a utilidade das lavras dependia do *grau de desenvolvimento manufatureiro da metrópole*, noutros termos, a ausência de manufaturas tornava perniciosas as minas, que, integradas numa economia mais desenvolvida, seriam sempre benéficas. Assim se apreendiam as conexões profundas da crise: a exploração da Colônia era condição de desenvolvimento da Metrópole e ao mesmo tempo pressupunha esse desenvolvimento. Apenas *um progresso simultâneo das duas partes* (colônia/metrópole) poderia romper o círculo vicioso”. (NOVAIS, 2005: 173)

Dentro do processo de reinvenção do império português pela economia política portuguesa, o uso do vocabulário específico do mundo moderno é fundamental. A palavra nação é uma palavra-chave. No entanto, há que atentar para suas especificidades tanto em relação ao contexto mais geral, quanto em relação ao seu uso para Portugal. É

importante atentar para, em primeira instância, o significado da nação neste momento, que se liga menos às pequenas nacionalidades do que para uma comunidade que estaria acima do Estado e que reinventaria a universalidade anteriormente assentada na cristandade Ocidental:

“Desde o Iluminismo até épocas muito recentes, os grande pensadores europeus pensavam a partir de molduras axiomáticas universais – *Menschheit* [humanidade] e/ou *Weltgeschichte* [história mundial], por assim dizer. (...) Na época iniciada com a Revolução (ainda não Francesa), todos os principais conceitos eram globalmente compreendidos – progresso, liberalismo, socialismo, republicanismo, democracia, e até mesmo, conservadorismo, legitimidade e, mais tarde, fascismo. Curiosamente, o mesmo se dava com o nacionalismo”. (ANDERSON, 2000: 8)

Vê-se que a ideia de nação, contraditoriamente ao princípio da nacionalidade, contém um ideal de universalidade que se casava bem com os propósitos portugueses de manutenção do império e de sua legitimação dentro do mundo industrializado, em que as ideias do comércio liberal, propugnadas pela Inglaterra, tornavam-se regra.

Em segundo lugar, há que atentar para as especificidades do uso português da ideia de nação. Pelos excertos acima, vemos o quanto o vocabulário ainda hesita entre o uso do termo nação, reino, Estado e império. Também é ilustrativo que o acima citado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em sua *Memória sobre os melhoramentos dos domínios na América*, de 1797, use o termo *potência*:

“Os domínios de S. M. na Europa não formam senão a Capital e o Centro de suas Vastas possessões. Portugal, reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província de Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião e de assento à monarquia que se estende ao que possui nas ilhas da Europa e África e ao Brasil, às costas Orientais e Ocidentais da África, e ao que ainda a nossa Real Coroa possui na Ásia, é sem contradição umas das Potencias que tem dentro de si todos os meios de figurar conspícua e brilhantemente entre as primeiras potências da Europa”. (Coutinho, apud Novais, “O pensamento ilustrado...”, in *Aproximações*, op. Cit, p. 173)⁹

A princípio, tem-se a impressão de que os termos são intercambiáveis nação, reino, Estado e império. Porém, é no estudo de como a diferença entre eles se vai dando, que é possível entender, tanto do lado português, como do lado brasileiro, a construção de uma ideia de nação que se vai apresentando como uma alternativa ao império.

Além disso, é na sua relação com a forma como se interpretam as relações de mercado, ou seja, pela economia política, que origem da ideia de nação deve ser buscada. A concepção de império e a de sistema colonial se complementam no esforço interpretativo, apontando para uma compreensão mais abrangente da economia política

⁹ As memórias dos escritores ilustrados portugueses foram publicadas em 12 volumes pelo banco de Portugal. Estamos em um estágio inicial da pesquisa, como acima dissemos e, por ora, ainda usamos as fontes citadas pela bibliografia.

lusu-brasileira e os diferentes discursos nacionalistas que se produzem dos dois lados do Atlântico. Do esfacelamento do império e da crítica ao sistema colonial, esta economia política lusu-brasileira não será mais uma única. Desmembrar-se-á em uma economia política lusitana e uma brasileira, das quais os expoentes mais significativos são José Bonifácio de Andrada e Silva e Bento da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Este estudo que ora apresentamos faz parte de um processo de rastreamento dos antecedentes que compõem a economia política desses dois autores, objeto central de nossa pesquisa.

Importante salientar que os discursos lusitanos sobre o império e sua preservação cedem espaço a construções territoriais novas que, sob a influência das ideias liberais, recriam a relação entre colônia e metrópole, sem, no entanto, pensá-las como espaços nacionais distintos. Significativo a esse respeito é o pensamento do bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, que propõe um comércio deficitário entre a colônia e a metrópole, indo na contramão das antigas prerrogativas sobre o exclusivo metropolitano.

“A metrópole, ainda que em tal caso seja devedora às Colônias, necessariamente há de ser em dobro credora aos Estrangeiros; ela precisamente há de fazer para com uns e outros duplicados lucros; ganhará nas vendas, ganhará nos fretes, e nos transportes para todas as partes, pela extensão de sua marinha, e do seu comércio. Que importa pois que a mãe deva às suas filhas, quando ela é em dobro credora aos Estranhos?”. (Coutinho apud Novais, op. Cit., p. 175).

Aponta-se a contradição central do excerto do bispo Azeredo Coutinho: o autor é contra o exclusivo, mas a favor do pacto. O discurso acima se assemelha em certos pontos ao discurso smithiano sobre as colônias, que não são tomadas como sinônimo de monopólio ou exclusivo. As colônias podem, em alguma medida, ser mesmo benéficas ao desenvolvimento da nação. (SMITH). No entanto, ao contrário dos temas do liberalismo inglês, que vê com maior naturalidade o progresso inerente à sociedade industrial, é a temática do atraso que preocupa os autores ilustrados. José Manoel Ribeiro, (?), não se preocupa com a causa da riqueza das nações, mas escreve o *Discurso político sobre as causas da pobreza de Portugal*. O liberalismo se coloca como uma faca de dois gumes: permite repensar o império a partir da ideia de nação, mas também exige cuidados. A indústria nacional não se desenvolve sem a proteção do Estado, como proposto por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Outro traço característico do pensamento econômico Ilustrado português é o clamor pelo desenvolvimento da agricultura. A descrição sobre o desenvolvimento das vinhas, as oliveiras, o sal enchem páginas e páginas das monografias regionais dos ilustrados, muito mais do que o desenvolvimento industrial:

Talvez Domingos Vandelli seja o sujeito que melhor represente as novas tendências em relação ao pensamento sobre a agricultura. Esta deve ser tratada segundo uma aritmética da política e não mais somente em termos ideológicos vazios. No entanto, há que diferenciar a aritmética da excessiva sistematização da economia. Esta não caberia dentro do pragmatismo que caracteriza a economia política portuguesa, menos afeita a abstrações excessivas e mais ao pragmatismo da política econômica: “(...) todos os ramos da Economia Civil, para que seja útil ao Reino, devem ser regulados por princípios deduzidos de uma boa Aritmética Política, assim *não se devem seguir sistemas*, sem antes examiná-los e confrontá-los com as atuais circunstâncias da nação”. (VANDELLI, apud Novais, 2005: 171-2).

O mesmo cuidado que tomamos quanto às influências do liberalismo inglês sobre o pensamento econômico português é necessário para se pensar a influência da fisiocracia em matéria de pensamento sobre a agricultura. Uma das características da defesa da agricultura em Portugal no século XVIII é que ela vem acompanhada de uma defesa também da mineração e da tecnologia de extração de minérios. Tanto no caso do liberalismo, quanto no da fisiocracia, são menos as circunstâncias externas, do que a consciência que o estrangeirado tem dos pontos de estrangulamento da economia nacional. Dessa forma, a economia política portuguesa se aproveita dos elementos, vindos tanto do liberalismo, quanto da fisiocracia, até o ponto em que sirvam ao caso português.

O clamor pelo desenvolvimento da agricultura nacional, nesse sentido, não é, de forma alguma, novo.¹⁰ A reclamação de uma terra muito voltada à mercancia e pouco voltada à agricultura é característica de todo o período renascentista português, desde que a expansão marítima escancarou a decadência da agricultura a ponto de Portugal precisar da importação de trigo para alimentar a população:

“A maior parte da população portuguesa na Idade Média vivia da agricultura. Exato. Não obstante, o traço característico da vida econômica não é dado pela exploração do solo. A atividade comercial e marítima que resultou da modalidade do povoamento da costa e da exploração do mar é que representa o elemento decisivo que define o gênero de vida nacional português baseado na pesca, na salinação e nas trocas dos produtos comerciáveis da terra”. (DIAS, 1964: 217-8)

Os reclamos já vêm da época de D. João IV, que foi o primeiro a introduzir o sistema de sesmarias e a obrigatoriedade do cultivo sob a ameaça de perda da concessão da terra:

“A aguda crise agrária, que não amainou com as drásticas medidas de Afonso IV, inspirou a Fernando a célebre Lei das Sesmarias (possivelmente de 1375, ditada pela sugestão das Cortes (...)) A lei, depois incorporada às Ordenações Afonsinas, guarda, na verdade, matiz duplo, nem burguês, nem aristocrático. Será, ao não aderir aos interesses do proprietário agrícola, uma vitória burguesa, sem representar um desprestígio da nobreza. (...) A escassez de mantimentos, sobretudo de trigo e cevada, levou aos dois meios para alcançar o objetivo: obrigando o cultivo das terras e constrangendo os lavradores ao trabalho agrícola – dupla coação, que atingia, numa ponta o proprietário”. (FAORO, 2005: 51)

Talvez seja por suas relações ainda com o pensamento econômico medieval - e aqui apontamos ainda uma outra característica do pensamento econômico ilustrado português - que a prática econômica precede sua elaboração formal. Segundo Fernando Novais, Portugal começa suas reformas em 1754, enquanto que as elaborações teóricas

¹⁰ Sobre o significado do estrangeirado em relação à tradição de pensamento portuguesa, vide Ana Carneiro, Maria Paula Diogo e Ana Simões. “Imagens do Portugal setecentista-textos de estrangeirados e viajantes”. In *Revista Penélope*, n. 22, 2000, pp. 73-92.

são de 1789. Na França, ao contrário, a fisiocracia já esboçava alguns sistemas de economia política, embora as reformas somente passem a acontecer a partir da Revolução Francesa. É sobre esse pensamento econômico medieval, vindo, talvez, do estoicismo ibérico, que constrói o mercantilismo português no século XVII, o qual dá lugar à economia política Ilustrada no XVIII. Menos caracterizada pela ruptura e mais pela continuidade com a tradição de pensamento anterior, é que se vai forjando a economia política portuguesa e sua concepção específica de nação.

Dessa forma, o mercantilismo ilustrado português, conservando algumas tradições, caracterizou-se pelo mais profundo pragmatismo. É esse mercantilismo que passa por uma profunda reforma a partir de meados do século XVIII. Se esta reforma se fez sentir sob a influência do estrangeirado, foi porque este, conhecedor das maiores dificuldades da sociedade portuguesa ao desenvolvimento, foi capaz de combinar o realismo português em matéria de política econômica com os traços mais interessantes da fisiocracia francesa e do liberalismo inglês. Nesse sentido, defender-se-ia não somente o desenvolvimento das artes e da manufatura, mas também o desenvolvimento da agricultura, dada a carência estrutural de Portugal neste setor, e também da mineração, descobertos os veios das gerais, que tornaram a colônia portuguesa não uma simples colônia, mas a mais rica.

Assim, a ideia de nação, aparece como uma novidade que, ao contrário da utopia liberal, não se contrapõe, na prática à ideia de império. A nação portuguesa se define pela sua capacidade em empreender as novas mudanças no interior de seu antigo império, modernizando os seus domínios, sem destruir, contudo, o exclusivo metropolitano. Reforma é a palavra do dia e a modernização se faz sem rupturas que ameacem a integridade do império: “para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria, em Portugal e suas conquistas”. (COSTA, apud Novais, 2005: 172)¹¹ Nesse sentido, nação aparece, nos primeiros escritos Ilustrados, como sinônimo de reino ou de Estado: “do que a Nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido”. (COSTA, apud Novais, 2005: 172) A nação aqui se reporta não a uma noção territorial circunscrita a um Estado e que assim o legitima, mas à centralidade de um Estado que comanda um império: “a substancia da Nação, e sua riqueza, vimos por largo tempo passar aos estranhos em troco de gêneros que ou de si cresciam em nossas terras, ou pouco indústria se precisava para naturaliza-los”. (COSTA, apud Novais, 2005: 172)

¹¹ José Inácio da Costa. *Memórias econômicas*. Apud Novais, op Cit, p. 172.

Fontes e bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2000
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Londres, 1983.
- CARDOSO, José Luís (coord). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1799-1822)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula e SIMÕES, Ana. “Imagens do Portugal setecentista-textos de estrangeirados e viajantes”. In *Revista Penélope*, n. 22, 2000
- DIAS, Manuel Nunes. *O capitalismo monárquico português*. Coimbra, 1964
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder-formação do patronato político brasileiro*. (1957). 4ª ed. São Paulo, Globo, 2008
- GUELLENER, Ernest. *Nations and nationalism*. Oxford, 1983.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2001. Cap. 3
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780-programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- LIST, Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. (1841). São Paulo, Nova Cultural, 1989.
- NOVAIS, Fernando. “O reformismo ilustrado luso brasileiro, alguns de seus aspectos”. In *Aproximações- estudos de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005
- ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico - história da ideia de mercado*. Trad. Antonio Penalvez Rocha. Bauru, Edusc, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas : forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo, SP: Duas Cidades; Editora 34, 2000
- SILVA, Rogerio Forastieri da.. *Colônia e nativismo- a história como "biografia da nação"*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997.
- SMITH, Adam, *A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luiz João Barauna. Col. *Os economistas*. São Paulo, Nova Cultural, 1996
- TREVOR-ROPER, H.R.,. “A Crise Geral do Século XVII”. In: Theo Santiago (Ed.). *Capitalismo - Transição*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.